

DETERMINANTES DAS TRANSIÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO, CRISE ECONÔMICA E DESIGUALDADE RACIAL: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO 2012-2019

*DETERMINANTS OF TRANSITIONS IN THE BRAZILIAN LABOR MARKET, ECONOMIC
CRISIS AND RACIAL INEQUALITY: AN ANALYSIS FOR THE PERIOD 2012-2019*

Bruno Wroblevski¹

Marina Silva Da Cunha²

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar os fatores determinantes das transições no mercado de trabalho brasileiro entre os estados de ocupação, desocupação e inatividade, com ênfase nas disparidades raciais e na crise econômica do biênio 2015-2016. Para tanto, são utilizadas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) no período de 2012 até 2019 e o modelo logit multinomial. Os principais resultados indicam que os indivíduos não brancos possuem maiores chances de saída da ocupação e de desemprego, contudo apenas para o mercado de trabalho informal, o que sugere que tais sujeitos competem em condições mais desfavoráveis no mercado de trabalho. Características como gênero, idade, escolaridade e região geográfica também constituem importantes condicionantes das transições no mercado de trabalho. Ainda, foi possível observar uma diferença estatisticamente significativa na forma pela qual os diferentes grupos raciais transitam no mercado de trabalho durante o período de crise econômica, em favor da população branca.

Palavras-Chave: mercado de trabalho, transições no mercado de trabalho, desigualdade racial, crise econômica brasileira.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the determinants of the transitions in the Brazilian labor market between the states of occupation, unemployment and inactivity, with an emphasis on racial disparities and the economic crisis of the 2015-2016 biennium. For this purpose, information from the National Continuous Household Sample Survey (PNADC) from 2012 to 2019 and the multinomial logit model are used. The main results indicate that non-white individuals have a greater chance of leaving the occupation and also unemployment, however only for the informal labor market, which suggests that they compete in more unfavorable conditions in the Brazilian labor market. Characteristics such as gender, age, education and geographic region are also important determinants of transitions in the labor market. It was also possible to observe a statistically significant difference in the way in which the different racial groups transit in the labor market during the period of economic crisis in favor of the white population.

Keywords: labor market, labor market transitions, racial inequality, brazilian economic crisis.

Código JEL: J00. J6. J70.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: wroblevski.bruno@gmail.com

² Doutora em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP), Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e bolsista produtividade em pesquisa CNPq. E-mail: mscunha@uem.br

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, no Brasil, é possível notar a existência de grupos socialmente desfavorecidos em relação a outros. Estudos como de Heringer (2002) e Chadarevian (2011) mostram que a cor da pele constitui um dos principais componentes da desigualdade social existente no país. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2018, ainda que negros e pardos representassem 55,8% da população, esse grupo correspondia a apenas 27,7% dos 10% dos indivíduos com os maiores rendimentos. Já entre os 10% com os menores rendimentos, observa-se que pardos e pretos estão substancialmente mais representados: constituíam cerca de 75,2% dessa parcela.

Segundo o relatório das Nações Unidas, as desigualdades raciais se apresentam em diferentes dimensões, como no acesso à saúde e à educação, nas condições de moradia, nos indicadores de violência e, principalmente, no mercado de trabalho³. De fato, no âmbito laboral, segundo dados da PNAD de 2018, os indivíduos de raça preta ou parda constituíam a maior parte da força de trabalho – cerca de 64% do total de indivíduos (57,7 milhões de pessoas). Apesar disso, a taxa de desemprego entre esse grupo é quase o dobro da observada para os indivíduos brancos: de 2012 a 2019, a taxa média de desemprego foi de 13,4% para pardos e pretos, contra 7,8% para brancos. Também se nota essa disparidade em outros aspectos do mercado de trabalho, como no tipo de ocupação, ainda que a população preta ou parda na ocupação seja superior à branca, a maior proporção em cargos gerenciais é de pessoas brancas – 68,6% contra 29,9% de não brancos, em 2018. Assim, a investigação das diferenças raciais no mercado de trabalho se mostra, portanto, relevante para fomentar melhorias na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas que visem à promoção do emprego com inclusão social e redução da pobreza, buscando um maior desenvolvimento econômico e social.

Adicionalmente, a economia brasileira enfrentou, na década de 2010, incertezas macroeconômicas, políticas e institucionais que culminaram em um período de recessão econômica entre 2014 e 2016, quando o produto interno bruto brasileiro per capita reduziu cerca de 9% (BARBOSA-FILHO, 2015). Nesse mesmo período, de acordo com a PNAD Contínua (2018), a taxa de desemprego aumentou de 6% para 12%, o que representou um incremento de 5,2 milhões de indivíduos. O número de pessoas fora da força de trabalho por motivos associados ao desalento também aumentou desde a crise, principalmente a partir de 2015. O número de desalentados passou de cerca de 2 milhões no segundo trimestre de 2012 para 4,9 milhões no segundo trimestre de 2019.

Diante de tal cenário, marcado por desigualdades estruturais e pela crise econômica, é de se esperar que os impactos sobre o mercado de trabalho não ocorram de forma homogênea entre os grupos demográficos. Como destacado por Hoynes, Miller e Schaller (2012), Silva (2015), e Bredemeier e Winkler (2017), aqueles mais atingidos em crises econômicas pertencem aos grupos relativamente mais pobres, o que resulta no aumento da desigualdade durante esses períodos recessivos. Enquanto os estudos sobre as diferenças raciais no mercado de trabalho concentram-se, em maior parte, nas diferenças de rendimentos, a discussão sobre o desempenho dos grupos raciais em termos de dinâmica de emprego, desemprego e inatividade é mais escassa, sobretudo em períodos de crise econômica, fato que carece de uma análise no contexto macroeconômico da década de 2010. Ademais, como ponderado por Altonji e Blank (1999), embora as diferenças raciais no mercado de trabalho sejam persistentes ao longo do tempo, a magnitude delas pode variar.

³ Dados retirados de PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/>. Acesso em: 03 mar. 2020

Nessa perspectiva, buscando suprir tal lacuna, este estudo investiga os fatores determinantes das transições entre os estados de ocupação, desocupação e inatividade no mercado de trabalho brasileiro ao longo de 2012 e 2019. Além de analisar os determinantes das mudanças a partir de características individuais e demográficas, busca-se compreender como os fluxos dessas alterações podem diferir entre os grupos raciais e em que medida essa relação está associada à crise econômica, iniciada a partir de 2014. Como diversas possibilidades de transição a partir de um estado inicial são possíveis, utiliza-se como abordagem metodológica o modelo logit multinomial e informações da PNAD Contínua, para o período de 2012 até 2019.

A escolha da análise de mobilidade a partir dessas três condições – ocupação, desocupação e inatividade – possibilita compreender a evolução do mercado de trabalho brasileiro sob diferentes aspectos. As transições a partir da ocupação e desocupação representam uma perspectiva importante pela qual se é possível identificar, por meio das variáveis explicativas, os perfis tanto do indivíduo que permanece na condição de ocupado quanto daquele que se mantém sem emprego – condições relevantes, principalmente, em um cenário de recessão econômica. Já a análise da inserção dos indivíduos a partir da inatividade ajuda a avaliar se o aumento do nível de desemprego no período reflete em aumento de passagem da ocupação para o desemprego, ou, pelo contrário, em aumento da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

Além desta introdução, este trabalho se divide em mais seis seções. A próxima seção apresenta a revisão de literatura, em que se realiza uma breve revisão teórica e empírica sobre a economia da discriminação e a importância das características individuais sobre as transições do mercado de trabalho, destacando as diferenças entre as raças. A terceira seção é composta pela apresentação da base de dados e metodologia, enquanto a quarta seção é destinada à análise descritiva dos dados. Os resultados dos modelos são analisados na quinta seção e, por último, são realizadas as considerações finais.

2. EVIDÊNCIAS TEÓRICAS E EMPÍRICAS

Esta seção tem por finalidade discutir os canais pelos quais algumas características, como a raça, podem se associar às desigualdades no mercado de trabalho, bem como apresentar evidências da literatura sobre essa relação para a economia brasileira. Segundo Borjas (2012), a discriminação atribuída principalmente à raça ou ao gênero ocorre quando indivíduos de características produtivas idênticas ganham diferentes rendimentos e possuem diferentes oportunidades de trabalho. Para medir a existência e a dimensão da discriminação racial, é necessário ter uma teoria (ou um modelo econômico) de como essa pode ocorrer e quais podem ser seus efeitos. Nesse sentido, do ponto de vista teórico, modelos derivados da economia da discriminação procuram explicar diferentes aspectos das disparidades raciais existentes no mercado de trabalho.

Na literatura destacam-se dois modelos econômicos de discriminação: o modelo baseado na preferência por discriminação, proposto por Becker (1957), e o modelo de discriminação estatística, abordado nos estudos de Phelps (1972), Arrow (1973) e Aigner e Cain (1977). Enquanto o modelo de preferência enfatiza o “gosto por discriminação”, por parte do empregador e dos agentes econômicos, como fonte das diferenças entre os grupos raciais, o modelo de discriminação estatística é baseado em informações incompletas, em que o indivíduo é valorado a partir da média do grupo que faz parte.⁴

⁴ Uma revisão detalhada de tais teorias podem ser consultada no estudo de Chadarevian (2009).

Um dos primeiros estudos sobre a discriminação na perspectiva econômica foi desenvolvido por Becker (1957), que utilizou princípios econômicos para explicar como alguns empregadores têm uma “preferência por discriminação”, a qual influencia as decisões de contratação. Segundo o autor, há uma aversão em contratar trabalhadores de grupos minoritários, o que implica tanto na recusa de contratação desses sujeitos quanto em menores rendimentos em comparação a outros funcionários para o mesmo nível de produtividade, quando contratados. Assim, grupos minoritários, como os não brancos, poderiam ter que “compensar” os empregadores sendo mais produtivos a um determinado salário ou, de forma equivalente, aceitando ganhos mais baixos para uma mesma produtividade.

Segundo Borjas (2012), se a fração de empregadores que discriminam na economia for grande, um diferencial de salário surgirá entre os grupos de minorias e não minorias identicamente produtivos; essa diferença reflete a aversão do empregador na contratação de trabalhadores minoritários. Ao optar por não contratar esses sujeitos, firmas discriminadoras teriam maior custo de produção e menores lucros. Se as condições de concorrência perfeita fossem satisfeitas, a parcela de empregadores que discriminam reduziria ou seria eliminada, eventualmente, e a discriminação baseada na preferência desapareceria.

Assim, embora a teoria de Becker (1957) possa oferecer uma explicação coerente acerca do impacto da discriminação racial, o preconceito nem sempre precisa ser explícito, ou seja, revelado a partir preferências. A discriminação contra um indivíduo também pode se basear em suposições gerais acerca da produtividade de um grupo racial desfavorecido que se supõem aplicáveis a determinado indivíduo: o chamado modelo de discriminação estatística (PHELPS, 1972). Enquanto a discriminação baseada na preferência depende da presença de preconceito, a estatística resulta de informações equivocadas sobre a produtividade de um conjunto de pessoas.

Nesse sentido, quando informações específicas do indivíduo são limitadas, a associação específica de grupos pode fornecer informações adicionais sobre a produtividade esperada. Por exemplo, pode se supor, pelos empregadores, que os não brancos são, em média, menos produtivos que os brancos. Nesse caso, um empregador imparcial que vê dois candidatos semelhantes, contudo sem informações acerca de suas produtividades, deve racionalmente favorecer o candidato do grupo majoritário frente ao minoritário, pois sua produtividade esperada é maior. Logo, mesmo que o trabalhador não branco tenha a mesma qualificação e potencial de outro candidato, ele seria considerado menos produtivo.

Em síntese, os indivíduos não brancos podem ser discriminados no mercado de trabalho devido ao preconceito em relação a essa característica – discriminação por preferências – ou, ainda, devido à falta de informação. Desse modo, os empregadores podem relacionar trabalhadores não brancos com uma menor produtividade para o trabalho e, assim, restringir a contratação e oferecer menores salários para as pessoas desse grupo (discriminação estatística). Diante do exposto, trabalhadores não brancos podem ser, portanto, tratados de forma menos favorável do que os brancos, e, na literatura nacional, vários estudos analisam essa dinâmica, entendendo a raça como condicionante da mobilidade de um indivíduo no mercado de trabalho.

Fernandes e Picchetti (1999) analisaram a influência de diferentes características demográficas e socioeconômicas na probabilidade de um determinado indivíduo transitar para o desemprego ou inatividade a partir da ocupação, por meio do modelo logit multinomial. A fonte de dados adotada foi a PNAD para o ano de 1995. Os autores evidenciaram que as estimativas das variáveis indicativas de raça preta ou parda não se mostraram estatisticamente

diferentes de brancos para as probabilidades de saída para desemprego. Entretanto, para as probabilidades de inatividade, foram negativas e estatisticamente significativas, o que sugere que indivíduos de cor preta e parda teriam maiores chances de pertencer à população economicamente ativa do que de estar fora do mercado de trabalho. Os autores destacaram que, na maioria dos casos, a mesma característica que implica a saída para o desemprego também favorece a transição para a inatividade; sendo assim, mulheres, jovens e indivíduos com menor escolaridade são menos propensos à permanência na ocupação.

Com uma abordagem semelhante e utilizando dados da PNAD, dessa vez para o ano de 2004, Oliveira, Scorzafave e Pazello (2009) consideraram o estado de ocupado como referência e buscaram analisar o impacto de diversas características socioeconômicas sobre as probabilidades de saída para o desemprego e inatividade a partir da ocupação. Contudo, diferente de Fernandes e Picchetti (1999), a análise foi conduzida por gênero e abrange as principais regiões metropolitanas brasileiras. De acordo com os resultados obtidos, há grande diferença entre homens e mulheres nas probabilidades de desemprego e inatividade. As mulheres apresentam maior probabilidade de inatividade, considerando as variáveis analisadas no estudo, como número de filhos, idade, escolaridade e renda. Com relação à cor ou raça, tanto para homens como para mulheres os resultados indicaram que brancos possuem menores probabilidades de desemprego e maiores de inatividade em relação a pardos e pretos, sugerindo, segundo os autores, um comportamento discriminatório contra a população negra no mercado de trabalho.

Por sua vez, Curi e Menezes-Filho (2006) analisaram o comportamento do mercado de trabalho brasileiro no período entre 1984 e 2001, utilizando dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e, como método, um modelo logit multinomial, cuja variável dependente apresentou cinco possibilidades: trabalhador no setor formal; trabalhador no setor informal; trabalhador por conta própria; desempregado; e inativo. Entre as variáveis explicativas estavam escolaridade, região metropolitana, gênero e idade. Os autores verificaram um aumento da transição da formalidade para a informalidade ao longo do tempo, e o estudo dos efeitos marginais das variáveis e explicativas indicou que a saída da formalidade para informalidade foi comum a todas as características utilizadas, ou seja, homens, mulheres, com mais e menos experiência, entre os mais e menos educados.

Em uma análise para a Região Sul do Brasil a partir das informações da PNAD entre 1995 e 2005, Sampaio (2012) analisou os determinantes das transições entre os estados de ocupação, desocupação e inatividade, adotando como modelo econométrico o logit multinomial. O autor investigou tanto variáveis macroeconômicas – como a taxa de mortalidade, os choques tecnológicos e os choques externos –, quanto microeconômicas – como características individuais e regionais. As análises realizadas mostram que os homens têm maior probabilidade de ocupação e menor probabilidade de estar fora do mercado de trabalho em relação às mulheres. O estudo também apontou uma relação positiva entre probabilidade de estar ocupado e anos de estudo. Além disso, os jovens apresentaram maior dificuldade referente à realocação e inserção no mercado de trabalho.

Utilizando dados da PME para o período entre 2006 e 2013 e estimando modelos de duração por meio da análise de sobrevivência, Reis e Aguas (2014), abordaram a transição do desemprego para o emprego – formal ou informal – e do desemprego para a inatividade. Dentre vários resultados, verificaram que o aumento do tempo de desemprego eleva as probabilidades de transição para esses estados. Além disso, constataram que há uma menor propensão de mulheres, jovens e indivíduos sem experiência transitarem para um emprego formal ou informal, e maiores chances de transição para inatividade para esses grupos.

Os autores evidenciaram que a população negra possui uma representatividade maior entre os desempregados de longo prazo, assim como aqueles que nunca trabalharam. Esse grupo apresenta maiores probabilidades de transição para empregos formais e informais do que os brancos e menores chances de saída para a inatividade.

Gomes et al. (2019), a partir de dados da PME do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período compreendido de 2002 até 2015, verificaram o comportamento das transições no mercado de trabalho brasileiro em diferentes fases do ciclo econômico. Os autores também identificaram que atributos como raça, idade, escolaridade e experiência são importantes determinantes nas probabilidades de transição entre os estados de ocupado, desocupado e inativo. Quanto à característica racial, foi observado um perfil ocupacional distinto entre brancos e não brancos, no qual pretos ou pardos têm menores chances de permanecerem ocupados e transitarem para a ocupação a partir do desemprego.

Diante da literatura levantada foi possível averiguar os principais determinantes discutidos na temática. Nesse sentido, este artigo contribui para a literatura verificando o comportamento do mercado de trabalho diante da crise econômica de 2014-2016, a partir de informações mais recentes derivadas da PNAD Contínua (2018) sobre os indicadores do mercado de trabalho, pesquisa que se diferencia da utilizada na maioria dos trabalhos brasileiros (PME/IBGE, que foi interrompida em 2016⁵). Além disso, entre outros determinantes, esta análise tem como foco a diferença racial nas chances de transição, o que permite analisar como os efeitos da crise econômica no mercado de trabalho variam de acordo com a raça do indivíduo.

3. BASE DE DADOS E METODOLOGIA

3.1 Base de dados

A base de dados utilizada neste estudo corresponde aos microdados da PNAD Contínua referentes ao período do primeiro trimestre de 2012 até o último trimestre de 2019. Disponibilizada pelo IBGE e iniciada em 2012, a PNAD Contínua é uma pesquisa amostral com abrangência nacional que divulga informações sobre as principais características demográficas e socioeconômicas da população brasileira, tais como: educação; condições do mercado de trabalho; renda familiar, entre outras. A PNAD Contínua adota um esquema de rotação de painéis que acompanha os mesmos domicílios em mais de um período de tempo, permitindo, portanto, uma análise da dinâmica dos padrões de mobilidade da força de trabalho e inatividade no período proposto.

Como o foco deste estudo são as transições a partir de um status inicial, primeiro se identificou os indivíduos que declararam estar ocupados, desocupados ou inativos em um período inicial – período $t -$, e, por meio do pareamento, investigaram-se, no trimestre imediatamente posterior, as informações relativas à situação ocupacional do indivíduo nesse período – chamado de $t + 1$. Nesse sentido, na análise econométrica apresentada na próxima subseção, utilizaram-se as características demográficas e socioeconômicas dos indivíduos em t e o seu status no mercado de trabalho em $t + 1$ (trimestre imediatamente posterior).

Cabe destacar que a condição de ocupação abrange aqueles indivíduos que trabalharam ou que possuíam trabalho, porém estavam temporariamente afastados na semana

⁵ A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) foi encerrada com a divulgação dos resultados referentes ao mês de fevereiro de 2016, e os indicadores foram substituídos por informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que é adotada como base de dados principal neste trabalho.

de referência da pesquisa. Já o estado de desocupação depende de requisitos específicos que devem ser atendidos de forma cumulativa: (i) o indivíduo não deve estar ocupado; (ii) deve estar disponível para começar a trabalhar; e (iii) precisa ter procurado um emprego nos últimos 30 dias. Já os indivíduos inativos, por sua vez, são aqueles que estão fora da força de trabalho, ou seja, não estão ocupados e também não procuram por trabalho.

Após as exclusões de informações incompletas para qualquer uma das variáveis utilizadas, a amostra final, formada a partir do pareamento ao longo de 2012 e 2019, restringe-se aos indivíduos entre 18 e 65 anos de idade, totalizando 7.798.590 observações: 4.973.948 (63,78%) estavam inicialmente ocupados, 471.122 (6,04%) estavam desocupados e 2.353.520 (30,18%) estavam fora da força de trabalho.

3.2 Metodologia

Como há diferentes possibilidades de transição no período $t + 1$, dado os estados iniciais de ocupação, desocupação ou inatividade no período t , utilizou-se como estratégia econométrica o modelo logit multinomial, que é o mais apropriado para o caso no qual a variável de interesse possui mais de duas alternativas possíveis, a ordem entre os destinos é irrelevante e os indivíduos não variam entre as alternativas (CAMERON; TRIVEDI, 2005). Nesse sentido, três especificações foram estimadas, uma para cada estado inicial existente:

- A) A partir da ocupação: *i*) permanência no status de origem (OO); *ii*) transição para a desocupação (OD); *iii*) transição para a inatividade (OI).
- B) A partir da desocupação: *i*) permanência no status de origem (DD); *ii*) transição para a ocupação (DO); *iii*) transição para a inatividade (DI).
- C) A partir da inatividade: *i*) permanência no status de origem (II); *ii*) transição para a ocupação (IO); *iii*) transição para a desocupação (ID).

A primeira especificação destina-se aos indivíduos que estavam ocupados no período t , com alternativa de, no período $t + 1$, terem permanecido ocupados, transitado para a desocupação ou ainda terem saído do mercado de trabalho (inatividade). A segunda especificação compreende o grupo de indivíduos que estava inicialmente desocupado, podendo ter permanecido desocupado em $t + 1$, transitado para a ocupação ou para a inatividade. Por fim, a terceira especificação se refere aos indivíduos inativos em t e que permaneceram inativos em $t + 1$ ou se inseriram no mercado de trabalho – tanto na ocupação quanto na desocupação. Em cada especificação, a probabilidade de o indivíduo i transitar para a alternativa j , considerando Greene (2012), pode ser descrita pela seguinte expressão:

$$Prob(Y_i = j | x_i) = P_{ij} = \frac{\exp(x_i' \beta_j)}{1 + \sum_{j=1}^J \exp(x_i' \beta_j)}$$

Nessa expressão, P_{ij} representa a probabilidade do indivíduo i transitar para um estado j no período $t + 1$; x_i é a matriz de características dos indivíduos e β_j é um vetor de parâmetros a serem estimados.

A descrição das variáveis explicativas pode ser observada no Quadro 1. A principal variável de interesse incluída nas especificações foi a variável binária indicativa de cor/raça, em que se consideram dois grupos raciais: brancos, referente às pessoas de cor branca ou amarela;

e não brancos, que abrange os indivíduos de cor parda ou preta⁶. Além disso, para considerar a influência do cenário econômico recessivo sobre as chances de transição a partir da ocupação, desocupação ou inatividade, também se incluem nos modelos a serem estimados a variável binária indicativa do período recessivo: igual a 1, caso o período seja após o segundo trimestre de 2014, início do período recessivo; ou igual a 0, nos demais períodos.

QUADRO1–DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS UTILIZADAS NOS MODELOS

Variáveis	Descrição
Raça	
Não Brancos	Igual a 1 se é preto ou pardo; 0, caso contrário
Gênero	
Homem	Igual a 1 se é do sexo masculino; 0, caso contrário
Faixa Etária	
18 < idade ≤ 24 (Referência)	Igual a 1 se tem entre 18 e 24 anos; 0, caso contrário
24 < idade ≤ 35	Igual a 1 se tem entre 25 e 35 anos; 0, caso contrário
35 < idade ≤ 45	Igual a 1 se tem entre 36 e 45 anos; 0, caso contrário
45 < idade ≤ 55	Igual a 1 se tem entre 46 e 55 anos; 0, caso contrário
55 < idade ≤ 65	Igual a 1 se tem entre 56 e 65 anos; 0, caso contrário
Escolaridade	
Baixa (Referência)	Igual a 1 se tem ensino fundamental incompleto ou menos; 0, caso contrário
Média	Igual a 1 se tem fundamental completo a médio completo; 0, caso contrário
Alta	Igual a 1 se tem superior incompleto ou mais; 0, caso contrário
Região Geográfica	
Norte	Igual a 1 se reside na região Norte; 0, caso contrário
Nordeste	Igual a 1 se reside na região Nordeste; 0, caso contrário
Centro-Oeste	Igual a 1 se reside na região Centro-Oeste; 0, caso contrário
Sudeste	Igual a 1 se reside na região Sudeste; 0, caso contrário
Sul (Referência)	Igual a 1 se reside na região Sul; 0, caso contrário
Cenário Econômico	
Recessão	Igual a 1 para os anos posteriores a 2014; 0, caso contrário

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua (IBGE, 2014).

Nas estimações, inserimos ainda uma variável de interação entre raça e intervalo recessivo, para investigar se existe alguma diferença estatisticamente significativa na dinâmica de transição de brancos e não brancos após o início desse período. Se as estimativas da interação se mostrarem significativas, o resultado indica que a desigualdade entre brancos e não brancos aumentou ou diminuiu entre 2014 e 2019. Também foram acrescentados controles adicionais para características demográficas e socioeconômicas dos indivíduos, como gênero,

⁶ Para a finalidade deste estudo, foram agregados o grupo dos brancos e amarelos. Sobre estes últimos, apesar de corresponderem a um grupo proporcionalmente pequeno aos demais, apresentam características similares as das pessoas que se autodeclararam como brancas e, dessa forma, não alteram os resultados do grupo dos brancos.

em que são considerados dois grupos (homens e mulheres); faixa etária, com cinco grupos (18 até 24 anos, 25 a 35 anos, 36 a 45 anos, 46 a 55 anos, 56 ou mais); escolaridade, dividida em baixa (até ensino fundamental incompleto), média (fundamental completo a ensino médio completo) e alta (superior incompleto ou mais) –; e, por sua vez, regiões geográficas (Nordeste, Norte, Sul, Sudeste e Centro- Oeste).

A interpretação dos parâmetros estimados foi realizada por meio da Razão Relativa de Risco (RRR). Dessa forma, a razão de risco relativa de pertencer a categoria j em detrimento de uma categoria de referência é dada por:

$$RRR = \frac{\frac{\text{Prob}(Y = j | x + 1)}{\text{Prob}(Y = k | x + 1)}}{\frac{\text{Prob}(Y = j | x)}{\text{Prob}(Y = k | x)}}$$

Se RRR é igual a 1, dizemos que não há risco, ou que a variável de interesse não influencia nas chances de saída da condição inicial; já uma razão de risco acima (ou abaixo) de 1 indica que uma variável, condicionada a outras variáveis, está positivamente (ou negativamente) associada à chance de saída para um estado j em função do estado de referência que é, justamente, a permanência na mesma condição do período t . Pode-se também interpretar os valores estimados da razão de risco como uma porcentagem: para tanto, subtrai-se o valor da razão de risco de 1 e multiplica-se o resultado por 100.

4. ANÁLISE DESCRITIVA

A composição da população em idade ativa (PIA), entre 2012 e 2019, e os níveis de ocupação, desocupação e inatividade de acordo com os indivíduos brancos, pardos e pretos, podem ser observados na Tabela 1. Nota-se redução de 2,7 pontos percentuais (p.p.) na proporção de indivíduos ocupados e aumento da participação de indivíduos desempregados (3,0 p.p.), entre 2012 e 2019. Tais evidências ocorrem com maior intensidade a partir de 2015, que corresponde ao período de acirramento da crise econômica.

No que se refere às disparidades raciais, outro ponto a ser ressaltado na Tabela 1 é a maioria de pardos e pretos na composição da População Economicamente Ativa (PEA). Além disso, destaca-se que houve um aumento da participação dos trabalhadores desse grupo no período. Adicionalmente, ao considerar os níveis de ocupação, desocupação e inatividade entre os brancos e os pardos e pretos, também se nota aumento da desocupação em detrimento da ocupação e inatividade entre os anos de 2012 e 2019, ocorrendo em maior intensidade para o último grupo. Além disso, observa-se menor desocupação entre os brancos.

TABELA 1 – COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, BRASIL, 2012-2019

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Δ (p.p) ¹
Posição na ocupação									
Ocupado	0,605	0,607	0,606	0,600	0,578	0,570	0,572	0,577	-0,027
Desocupado	0,046	0,044	0,041	0,051	0,069	0,078	0,075	0,075	0,029
Inativo	0,350	0,349	0,353	0,350	0,353	0,352	0,353	0,348	-0,002

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Δ (p.p) ¹
Composição por raça (PEA)²									
Branca	0,444	0,432	0,426	0,426	0,420	0,416	0,413	0,412	-0,032
Parda	0,483	0,497	0,502	0,500	0,497	0,497	0,494	0,492	0,009
Preta	0,073	0,071	0,072	0,075	0,083	0,088	0,093	0,096	0,023
Branços									
Ocupado	0,685	0,687	0,684	0,679	0,664	0,661	0,662	0,667	-0,018
Desocupado	0,037	0,036	0,033	0,042	0,057	0,064	0,061	0,060	0,023
Inativo	0,278	0,278	0,282	0,280	0,278	0,275	0,277	0,273	-0,005
Pardos									
Ocupado	0,628	0,631	0,634	0,624	0,596	0,582	0,582	0,587	-0,041
Desocupado	0,052	0,050	0,046	0,057	0,078	0,088	0,085	0,084	0,032
Inativo	0,321	0,319	0,320	0,319	0,326	0,330	0,334	0,329	0,008
Pretos									
Ocupado	0,662	0,664	0,665	0,658	0,633	0,625	0,621	0,624	-0,038
Desocupado	0,057	0,056	0,054	0,067	0,091	0,099	0,098	0,099	0,042
Inativo	0,281	0,280	0,281	0,276	0,276	0,276	0,282	0,277	-0,004

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua (IBGE, 2014).

¹Variação em pontos percentuais referente aos anos de 2019 e 2012.

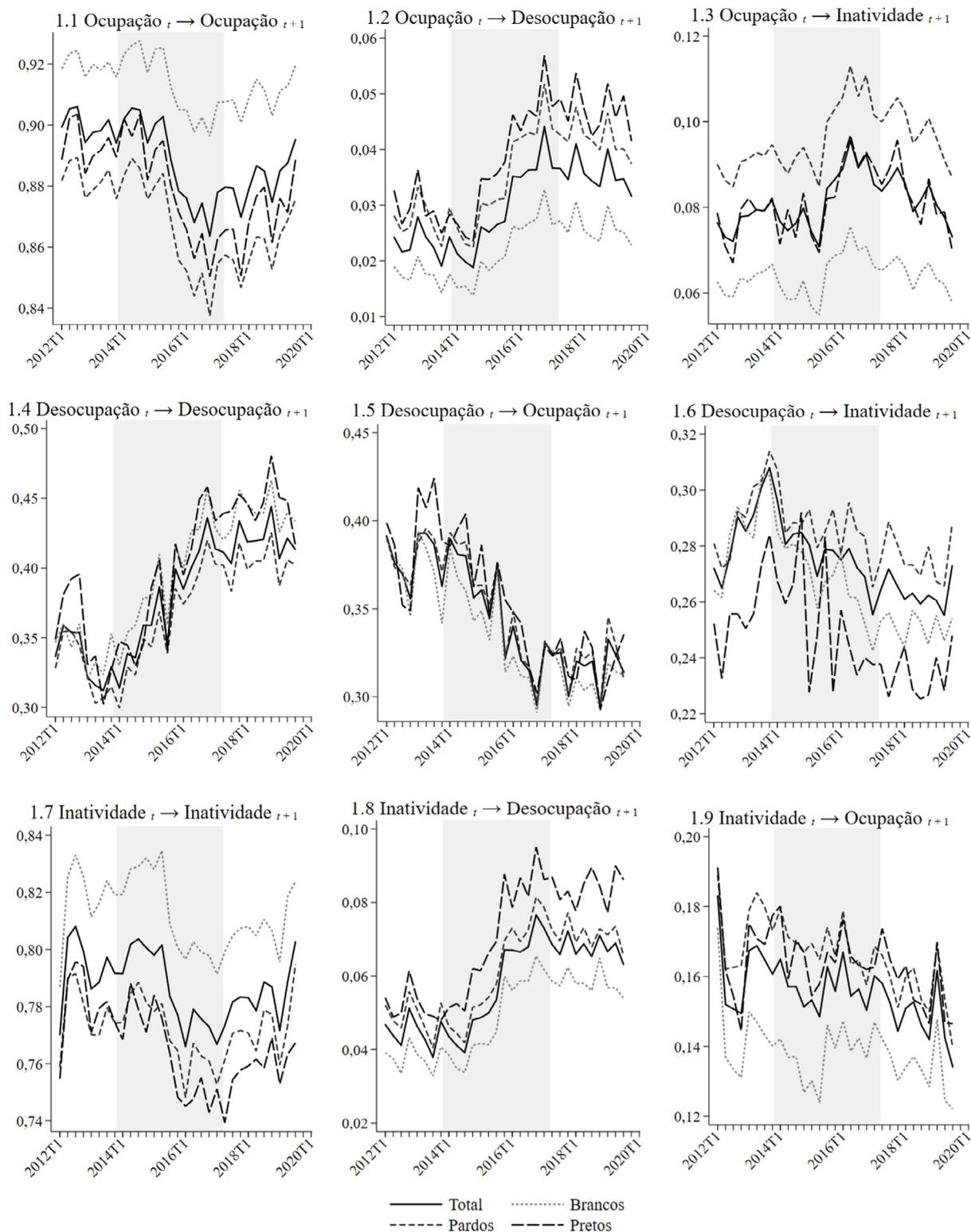
²População economicamente ativa (PEA).

Os fluxos trimestrais de transição entre os estados de emprego, desemprego e inatividade, de 2012 até 2019, para o total dos indivíduos e de acordo com a raça, podem ser observados na Figura 1. No que diz respeito aos indivíduos inicialmente ocupados (Figuras 1.1, 1.2 e 1.3), nota-se, a partir de 2015, uma redução da proporção que permanecia nessa condição e um aumento do fluxo para o desemprego e inatividade. Entre os indivíduos que permanecem na ocupação, ainda há predominância dos brancos frente aos pardos e pretos. Apesar da crescente participação de pardos e pretos no mercado de trabalho, esses ainda apresentam mais mudanças para o desemprego e inatividade. Além disso, a diferença nas transições entre os grupos raciais foi menor entre 2012 e 2014, aumentando a partir do período de recessão econômica.

A proporção de indivíduos que estava desocupada no período t e que permaneceu nessa condição no período $t + 1$ ou transitou para os estados de ocupação ou inatividade também revela diferentes comportamentos a partir da crise do biênio 2015-2016 (Figuras 1.3, 1.4 e 1.5). A proporção de trabalhadores que permaneceu desocupada se elevou no período em detrimento das transições para a ocupação e inatividade. De fato, esses resultados podem ser atribuídos à tendência de estagnação econômica observada no cenário macroeconômico nacional a partir de 2014, que repercutiu em uma piora no mercado de trabalho brasileiro em relação à promoção do emprego.

Ainda na Figura 1, no que tange ao grupo de trabalhadores inicialmente inativos (Figuras 1.6, 1.7 e 1.8), nota-se que a permanência nessa condição apresenta grandes oscilações, com tendência mais evidente de queda a partir de meados de 2016. Assim, a partir desse ano, também é possível perceber um aumento da parcela de indivíduos que passou a fazer parte da força de trabalho em $t + 1$, tanto na ocupação quanto na desocupação. A raça também parece influenciar na decisão de participação no mercado de trabalho. Enquanto pardos e pretos apresentam maiores transições para a ocupação e desocupação, há predominância dos brancos entre os indivíduos que persistem na inatividade ao longo do período.

FIGURA 1 – PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE TRANSITARAM NO MERCADO DE TRABALHO EM RELAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DE EMPREGADO, DESEMPREGADO OU INATIVO, POR RAÇA, BRASIL, 2012-2019



Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD Contínua (IBGE, 2014).

Nota: A área hachurada representa o período caracterizado pela variação negativa do produto interno bruto (PIB), que teve início no segundo trimestre de 2014 e persistiu até o último trimestre de 2016.

Percebe-se que as mudanças ocorridas no cenário econômico brasileiro na década de 2010 refletiram na dinâmica de transições dos indivíduos no mercado de trabalho, principalmente a partir de 2015. Os resultados apontaram que o aumento da taxa de desemprego no período corresponde, em grande parte, às menores saídas da condição de desocupação. Contudo, os fluxos de passagem para o desemprego tanto a partir da ocupação quanto da inatividade também contribuem para dinâmica do desemprego no ciclo recessivo.

Desse modo, a análise descritiva mostra que o comportamento dos indicadores do mercado de trabalho foi heterogêneo no período analisado, apresentando diferenças tanto entre os grupos raciais quanto no período de recessão econômica, a partir de 2014. Sendo assim, na seção subsequente estimam-se modelos de regressão buscando avaliar se, empiricamente, a população parda e preta está mais suscetível às oscilações econômicas do que a branca, o que pode representar indicativo de desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho brasileiro.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como o objetivo desta pesquisa é a análise dos determinantes das transições no mercado de trabalho, com ênfase nas disparidades raciais e na crise econômica do biênio do 2015-2016, neste tópico são apresentados e discutidos os resultados das estimativas da regressão logit multinomial.

Foram estimados dois grupos de especificações. Inicialmente, apresentaram-se as estimativas dos efeitos de diversos atributos pessoais e de localização regional nas transições dos indivíduos inicialmente ocupados, desocupados e inativos, respectivamente (Tabela 2, coluna a). No segundo grupo de especificações estimado (Tabela 2, coluna b), termos de interação entre raça e período de tempo foram adicionados às demais variáveis, o que permitiu verificar se existia diferença estatisticamente significativa na forma pela qual os diferentes grupos raciais transitavam no mercado de trabalho durante o período de crise econômica. A persistência no estado inicial é a categoria omitida; logo, todos os resultados foram interpretados a partir dessa referência. De modo geral, percebe-se que a maioria dos coeficientes estimados foram estatisticamente significativos a 1%, sendo as estimativas interpretadas por meio da RRR⁷.

Em relação à variável binária que indica a raça, os resultados estimados sugerem que existe uma diferença estatisticamente significativa da probabilidade de inserção e transição no mercado de trabalho entre brancos e não brancos. Observa-se, para os não brancos, maiores riscos de transição da ocupação para a desocupação do que para os brancos (Tabela 2, coluna 1). Já entre os indivíduos desempregados (Tabela 2, coluna 3), maior risco de transição do desemprego para a ocupação é verificado para os não brancos. Assim, as evidências indicam mais entradas e saídas do desemprego para esse grupo de indivíduos.

Ao associar tais resultados à taxa agregada de desemprego, foi possível inferir que o maior nível de desemprego entre os não brancos deve-se, principalmente, à maior chance de entrada desse grupo no desemprego a partir da ocupação. Além disso, indivíduos não brancos também estão mais suscetíveis à saída do mercado de trabalho a partir da ocupação (Tabela 2, coluna 2) e, quando desocupados, possuem menor risco de transição para a inatividade do que os brancos (Tabela 2, coluna 4).

⁷ Se a RRR for > 1 , então o impacto de tal variável é positivo, no sentido de aumentar o risco de transição para determinado estado em relação à condição inicial (referência). Caso a RRR seja < 1 , isso sugere que a variável está associada a uma redução do risco de transição para determinada condição. Por fim, se a RRR = 1 (ou próxima a 1), sugere-se nenhuma ou pouca diferença no risco de transição associado à determinada variável.

TABELA 2 – RESULTADOS DO MODELO LOGIT MULTINOMIAL PARA AS TRANSIÇÕES A PARTIR DA OCUPAÇÃO, DESOCUPAÇÃO E INATIVIDADE, BRASIL, 2012-2019

Variáveis	a)						b)					
	Ocupação → Desocupação	Ocupação → Inatividade	Desocupação → Ocupação	Desocupação → Inatividade	Inatividade → Ocupação	Inatividade → Desocupação	Ocupação → Desocupação	Ocupação → Inatividade	Desocupação → Ocupação	Desocupação → Inatividade	Inatividade → Ocupação	Inatividade → Desocupação
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
Raça												
Não brancos	1,351***	1,151***	1,064***	0,969***	1,135***	1,242***	1,296***	1,088***	1,030	0,881***	1,143***	1,301***
Período												
Recessão	1,528***	1,180***	0,722***	0,825***	0,933***	1,326***	1,469***	1,110***	0,687***	0,768***	0,940***	1,377***
Interações												
Não brancos *Recessão	-	-	-	-	-	-	1,054***	1,008***	1,067***	1,122***	0,99	0,946***
Sexo												
Masculino	0,958***	0,459***	1,534***	0,654***	1,872***	1,565***	0,958***	0,459***	1,534***	0,654***	1,872***	1,565***
Idade												
24 < idade ≤ 35	0,509***	0,405***	1,369***	0,700***	2,108***	1,492***	0,509***	0,405***	1,369***	0,700***	2,108***	1,492***
35 < idade ≤ 45	0,351***	0,354***	1,498***	0,728***	2,090***	1,072***	0,351***	0,354***	1,498***	0,728***	2,090***	1,072***
45 < idade ≤ 55	0,275***	0,433***	1,450***	0,894***	1,619***	0,560***	0,275***	0,433***	1,450***	0,894***	1,619***	0,56***
55 < idade ≤ 65	0,202***	0,803***	1,326***	1,375***	0,890***	0,178***	0,202***	0,803***	1,326***	1,376***	0,890***	0,178***
Escolaridade												
Média	0,884***	0,571***	0,726***	0,639***	1,212***	2,079***	0,884***	0,571***	0,726***	0,638***	1,212***	2,079***
Alta	0,692***	0,410***	0,682***	0,604***	1,189***	2,223***	0,692***	0,410***	0,682***	0,604***	1,189***	2,224***
Região												
Norte	1,399***	1,694***	0,886***	1,355***	1,218***	1,111***	1,399***	1,694***	0,886***	1,354***	1,218***	1,11***
Nordeste	1,886***	2,051***	0,788***	1,229***	1,048***	1,093***	1,886***	2,052***	0,788***	1,228***	1,048***	1,093***
Sudeste	1,448***	0,919***	0,589***	0,684***	0,771***	1,159***	1,448***	0,919***	0,589***	0,684***	0,771***	1,159***
Centro-Oeste	1,262***	1,115***	0,944***	1,104***	1,039***	1,100***	1,262***	1,115***	0,944***	1,103***	1,039***	1,1***
Constante	0,036***	0,257***	1,177***	1,790***	0,092***	0,027***	0,037***	0,268***	1,226***	1,900***	0,091***	0,026***
Observações	4.973.948		471.122		2.353.520		4.973.948		471.122		2.353.520	
Transições	149.177	403.191	159.343	128.253	365.453	135.713	149.177	403.191	167.455	150.697	423.543	165.593
Pseudo R ²	0,0586		0,0299		0,0419		0,0586		0,0300		0,0419	

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua (IBGE, 2014).

*Significativo para o nível de 10%;

**Significativo para o nível de 5%;

***Significativo para o nível de 1%.

Esses resultados sugerem uma maior necessidade desses indivíduos de contribuir com o rendimento familiar, ofertando mais trabalho. Além disso, a informalidade mais expressiva dos indivíduos não brancos no mercado de trabalho brasileiro é um dos fatores que pode atuar nessa dinâmica. Segundo os dados da PNAD, os pardos e pretos correspondem à maioria daqueles inseridos no mercado de trabalho informal que, além de ser caracterizado pela precariedade, também afasta o indivíduo da possível assistência por parte de programas de proteção social, como o seguro-desemprego. Assim, tal inelegibilidade pode colaborar para o maior desemprego entre pardos e pretos, o que implica em uma busca menos seletiva por trabalho, quando desocupados. Sem fontes adicionais de renda, esses indivíduos seriam, portanto, mais dispostos a aceitar qualquer tipo de emprego à alternativa de permanecerem desocupados ou deixarem a força de trabalho. Ademais, o risco de saída do desemprego para a informalidade é 10% maior para os indivíduos não brancos (REIS; AGUAS, 2014).

De fato, vários estudos, entre eles o de Oliveira, Scorzafave e Pazello (2009), mostram que os brancos possuem as menores probabilidades de desemprego e as maiores de inatividade. Outras pesquisas, tais como a de Gomes et al. (2019), identificam que indivíduos brancos são menos prováveis de estar em um nível alto de mobilidade no mercado de trabalho em comparação a indivíduos pretos e pardos. Assim, tais fatores evidenciam a desigualdade de oportunidades existente no mercado de brasileiro, notadamente a dificuldade de não brancos de permanecerem na ocupação quando comparados aos brancos.

Vale também ressaltar que os postos de trabalho ocupados por indivíduos brancos são diferentes dos ocupados por não brancos. Por exemplo, enquanto ocupações que exigem elevado nível de qualificação, como de gerentes ou dirigentes, são compostas em maior parte por indivíduos brancos, pardos e pretos estão em maior número em ocupações de baixa qualificação e rendimento, como naquelas elementares caracterizadas, principalmente, por trabalhos domésticos, ajudantes de cozinha, serviços de limpeza, entre outras, o que colabora para a sub-representação desse grupo nos estratos superiores de renda. Tal fato também reflete no maior custo de oportunidade de pardos e pretos estarem fora do mercado, como se observa nas transições a partir da inatividade, em que indivíduos dessa raça apresentaram maiores riscos de pertencer à população economicamente ativa (Tabela 2, colunas 5 e 6).

Nota-se, ainda, que para todos os indivíduos o período de crise possui associação direta com as chances de transição a partir da ocupação (Tabela 2, colunas 1 e 2) e inversa com a mobilidade a partir da desocupação (Tabela 2, colunas 3 e 4). Em outras palavras, no período recessivo, além da permanência do indivíduo na ocupação ser menos provável – visto que há um maior risco de transição para o desemprego e inatividade – o risco de saída da desocupação diminui, o que eleva as chances de permanência no desemprego, como esperado. Destaca-se também que o risco de inserção na força de trabalho a partir da inatividade, principalmente entre indivíduos desocupados, é maior no período de recessão econômica (Tabela 2, colunas 5 e 6). Os resultados corroboram a análise descritiva e confirmam que há diferença estatisticamente significativa entre as diferentes transições do mercado de trabalho após o início do ciclo recessivo.

A adição do termo de interação associado às variáveis binárias de raça e à variável de controle do cenário econômico (Tabela 2, coluna b) fornece evidências de que os indivíduos pardos e pretos têm uma resposta cíclica mais forte às condições do cenário econômico recessivo do que os brancos. A estimativa do coeficiente associado à transição da ocupação para o desemprego (Tabela 2, coluna 7) é estatisticamente significativa, indicando que o diferencial entre brancos e não brancos de entrada no desemprego a partir da ocupação aumentou no período pós-2014.

Observa-se também que, além dos não brancos apresentarem maior risco de saída da desocupação para o emprego em períodos de crise econômica, esse grupo é também o mais vulnerável à saída do mercado de trabalho (Tabela 2, colunas 9 e 10). Por outro lado, eles verificam-se maiores riscos de retomar, a partir da inatividade, a procura por emprego na condição de desocupação para os indivíduos não brancos. Na Tabela 3 é apresentada a predição das chances de transições para cada grupo racial ao longo do tempo, mantendo as demais variáveis de controle na média. De fato, nota-se que a chance de transição no mercado de trabalho para indivíduos pardos e pretos é mais sensível ao cenário econômico do que para os brancos. Além disso, para os grupos raciais, o impacto do período recessivo é mais intenso nas chances de transição a partir da desocupação.

TABELA 3 – PROBABILIDADE PREVISTA DE TRANSIÇÃO A PARTIR DOS ESTADOS DE OCUPAÇÃO, DESOCUPAÇÃO OU INATIVIDADE ANTES E APÓS O PERÍODO DE CRISE, DE ACORDO COM A RAÇA

Raça	OI		Δ^1	OO		Δ	OD		Δ
	Pré-Crise	Crise		Pré-Crise	Crise		Pré-Crise	Crise	
Branços	0,062	0,068	0,006	0,919	0,906	-0,013	0,017	0,025	0,008
Não Brancos	0,067	0,079	0,012	0,9107	0,887	-0,024	0,0221	0,0334	0,011
	DI		Δ	DO		Δ	DD		Δ
	Pré-Crise	Crise		Pré-Crise	Crise		Pré-Crise	Crise	
Branços	0,290	0,271	-0,019	0,372	0,317	-0,055	0,336	0,411	0,075
Não Brancos	0,264	0,263	-0,001	0,386	0,327	-0,059	0,348	0,403	0,055
	ID		Δ	IO		Δ	II		Δ
	Pré-Crise	Crise		Pré-Crise	Crise		Pré-Crise	Crise	
Branços	0,028	0,0397	0,012	0,131	0,123	-0,008	0,839	0,837	-0,002
Não Brancos	0,0366	0,047	0,010	0,146	0,135	-0,011	0,817	0,816	-0,001

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua (IBGE, 2014).

¹Varição em pontos percentuais referente ao período de crise e pré-crise. Probabilidades geradas a partir da coluna b da Tabela 2.

Os resultados encontrados podem indicar algo que vai ao encontro da literatura: indivíduos pardos e pretos possuem maior chance de perder o trabalho em períodos recessivos e, ainda, apresentam maior risco de saída do desemprego. Tal conclusão também foi observada no estudo de Couch e Fairlie (2010), que investigou as diferenças nas probabilidades de transição entre brancos, hispânicos e negros para os Estados Unidos durante diferentes períodos recessivos. A análise forneceu evidências de que os indivíduos negros e hispânicos têm maior probabilidade de perder o trabalho em cenários econômicos recessivos, mas não necessariamente seriam os últimos a serem reempregados. Em alguns dos períodos de crise analisados pelos autores, negros e hispânicos também apresentaram maior probabilidade de serem contratados a partir do desemprego.

Por sua vez, Xu (2018), ao analisar os diferenciais entre nativos e imigrantes nas transições do mercado de trabalho ao longo de diferentes cenários econômicos, também verificou que os imigrantes, além de contarem com maior probabilidade de serem demitidos,

também tinham maior chance de serem recontratados durante um cenário recessivo. Silva (2015) evidencia que a saída para o desemprego em períodos recessivos atinge, principalmente, aqueles trabalhadores que ocupam postos de trabalho menos protegidos e de menores custos de demissão, como de grupos tradicionalmente mais vulneráveis – mulheres, jovens, não brancos, entre outros.

Além disso, a diferença de alocação dos grupos raciais entre setores da economia pode intensificar o impacto do cenário econômico nos níveis de ocupação e desemprego desses indivíduos, como documentado por Hoynes, Miller e Schaller (2012) e Bredemeier e Winkler (2017). Segundo os autores, muitos dos grupos demográficos que se mostram mais vulneráveis ao cenário econômico, como, por exemplo, as minorias raciais, são mais propensos a serem empregados nos setores cíclicos, que costumam ser fortemente impactados por crises econômicas. De fato, no mercado de trabalho brasileiro, os não brancos, quando comparados aos outros grupos, tendem a ser mais presentes nos setores de construção civil e industrial, ramos especialmente vulneráveis às condições do cenário econômico.

Outros efeitos importantes são verificados na Tabela 2 quando se analisa o efeito das demais características dos indivíduos como condicionantes das transições. O comportamento da transição de acordo com o sexo, em que as mulheres compõem a categoria de referência, indica que os homens têm maiores chances de continuarem ocupados ou ainda de transitarem para uma ocupação quando desocupados. Também se verificam maiores probabilidades de saída da inatividade para atividade, em qualquer uma das posições e tanto na ocupação quanto na desocupação, para os homens em relação às mulheres. Resultados similares foram encontrados por outros autores, como, por exemplo, Scorzafave e Pazello (2009), Reis e Aguas (2014) e Gomes et al. (2019), que ressaltam a desigualdade de gênero existente no mercado de trabalho.

É importante notar que, à medida que o indivíduo envelhece, torna-se menor o risco de saída da ocupação. De fato, essa relação está associada à taxa de desemprego entre os jovens, que é mais elevada do que a verificada para o total da população, o que também justifica que esse grupo apresente um risco maior em permanecer no desemprego ao invés de migrar para a ocupação. Nas transições a partir da inatividade, verificam-se para os indivíduos entre 18 e 24 anos menores riscos de inserção no mercado de trabalho, quando comparados com as demais faixas etárias – exceto para aqueles acima de 55, que, como esperado, possuem maior probabilidade de permanecerem fora da força de trabalho, por motivos associados à aposentadoria. Em consonância, o estudo de Gomes et al. (2019) mostra que o adulto, em qualquer um dos três estados do mercado de trabalho em t , sempre apresenta maior probabilidade de estar ocupado em $t + 1$ comparado ao jovem. e esse último, por sua vez, de se encontrar desempregado ou inativo em relação ao adulto.

O risco de saída da ocupação, tanto para a desocupação quanto para inatividade, é menor para aqueles com escolaridade alta e média, considerando como base de referência os indivíduos com baixa instrução, ou seja, aqueles com ensino fundamental incompleto. De fato, maiores níveis educacionais podem sinalizar habilidade e produtividade, o que favorece a permanência do trabalhador na ocupação. Além disso, indivíduos com escolaridade média e alta possuem propensão menor de sair do desemprego e maior de migrar para o mercado de trabalho a partir da inatividade do que indivíduos de baixa instrução. Esses resultados corroboram aqueles encontrados na literatura, conforme pode ser visto em Gomes et al. (2019) e Wroblevski e Cunha (2019).

As variáveis binárias para as cinco regiões brasileiras foram incluídas para verificar as diferenças regionais no que diz respeito às probabilidades de transição entre os estados de ocupação, desocupação e inatividade. Os resultados indicam que, comparados aos residentes do Sul,

os trabalhadores das demais regiões apresentaram maiores riscos de transição do emprego para o desemprego. A partir da desocupação, menores riscos de saída para ocupação foram encontrados para a região Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, que, com exceção da região Sudeste, também apresentam maiores chances de saída para a inatividade.

Acerca do maior risco dos não brancos em relação à transição para a ocupação a partir do desemprego em períodos recessivos, uma análise detalhada por categorias de ocupação, tanto no mercado de trabalho formal quanto no informal, pode ser observada na Tabela 4. As interações entre as variáveis raça e ciclo econômico mostram diferenças estatisticamente significativas de indivíduos não brancos frente aos brancos nas transições para a ocupação a partir do desemprego; contudo, tal resultado restringe-se às transições para o mercado de trabalho informal (Tabela 4, colunas 2 e 6). Assim, nota-se que os indivíduos não brancos são mais propensos a procurar trabalho via informalidade durante períodos de recessão. Como comentado anteriormente, tal resultado indica que existe um maior custo de oportunidade de permanência no desemprego para pretos e pardos, os quais transitam para informalidade a fim de garantir ocupação e de complementar a perda de emprego durante a recessão econômica.

TABELA 4—RESULTADOS DO MODELO LOGIT MULTINOMIAL PARA AS TRANSIÇÕES A PARTIR DA DESOCUPAÇÃO PARA CATEGORIAS DE OCUPAÇÃO, BRASIL, 2012-2019

Variáveis	Desocupação → Setor Privado (Formal)	Desocupação → Setor Privado (Informal)	Desocupação → Trabalho Doméstico (Formal)	Desocupação → Trabalho Doméstico (Informal)	Desocupação → Conta Própria (Formal)	Desocupação → Conta Própria (Informal)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Raça						
Não brancos	1,027	0,975	1,390***	1,469***	0,767***	1,028
Período						
Recessão	0,579***	0,706***	0,961	0,960	1,117	0,876***
Interações						
Não brancos *Recessão	0,96	1,178***	0,930	0,940	1,034	1,082***
Controle de características socioeconômicas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Observações	328.319		328.319		328.319	
Transições	47.186	39.670	2.555	12.271	4.423	39.088
Pseudo R ²	0,0675					

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD Contínua (IBGE, 2014).

*Significativo para o nível de 10%;

**Significativo para o nível de 5%;

***Significativo para o nível de 1%.

De acordo com os resultados expostos, esta análise evidencia que o cenário econômico exerce grande influência na dinâmica das transições no mercado de trabalho. Essas novas evidências, por sua vez, indicam que os efeitos da crise econômica são maiores para os pretos e pardos, grupos tradicionalmente mais vulneráveis, o que agrava ainda mais as desigualdades no mercado

de trabalho brasileiro, notadamente as raciais. As diferenças observadas demonstram que o debate acerca da temática da desigualdade racial no mercado de trabalho nacional se faz ainda mais relevante em períodos de crise econômica, visto que os custos de um cenário recessivo da economia são suportados desproporcionalmente pela população não branca.

De uma perspectiva política, o papel evidente da saída da ocupação na determinação do hiato racial nas taxas de desemprego deve concentrar a atenção em medidas que visem à permanência no emprego de grupos minoritários, como pardos e pretos, especialmente durante as crises. Reforçar a aplicação dos estatutos existentes de discriminação no emprego, como a Lei nº 7.716/1989 – que define os crimes resultante de preconceito, inclusive no mercado de trabalho (BRASIL, 1989) – constitui importante aspecto para a gestão pública. Além disso, é necessário ressaltar que mulheres, jovens e sujeitos menos escolarizados também competem de forma desfavorável, no sentido em que têm um risco maior de sair da ocupação, de permanecer no desemprego ou até mesmo de estar fora do mercado de trabalho.

6. CONCLUSÃO

Uma questão recorrente para economistas e formuladores de políticas públicas diz respeito à dinâmica dos fluxos de transição do mercado de trabalho, com ênfase sobre o comportamento das flutuações nos níveis de emprego e desemprego para diferentes grupos de trabalhadores. Diversos estudos, teóricos e aplicados, também identificaram desigualdades raciais na esfera laboral. Por sua vez, a partir da crise econômica brasileira do biênio 2015-2016, vários desafios têm se apresentado sobre o mercado de trabalho.

Nesse sentido, este estudo busca contribuir para o avanço da pesquisa acerca das disparidades raciais no mercado de trabalho, por meio da identificação dos principais determinantes individuais e regionais que afetam as transições entre os estados de ocupação, desocupação e inatividade, com enfoque nas diferenças raciais e na crise econômica do biênio 2015-2016. Especialmente, procurou-se investigar se existe diferença estatisticamente significativa na forma pela qual os diferentes grupos raciais transitavam no mercado de trabalho durante o período de crise econômica. Para tanto, fez-se uso das informações da PNAD Contínua, para o período de 2012 até 2019, e, como estratégia econométrica, utilizou-se o modelo logit multinomial.

Destaca-se, a partir da análise descritiva, que a diferença entre os grupos raciais nos níveis de ocupação diminuiu de 2012 a 2019; observou-se um crescimento da parcela não branca entre os indivíduos ocupados. Contudo, esse resultado não significa uma maior equidade racial no mercado de trabalho visto que, no mesmo período, o maior crescimento dos indivíduos desocupados foi entre os não brancos. Além disso, quando analisados os fluxos trimestrais de transições entre as condições de ocupação, desocupação e inatividade, também se observaram diferenças tanto entre os grupos raciais quanto no período de recessão econômica, a partir de 2014.

Os principais resultados do modelo econométrico indicam que as transições existentes no mercado de trabalho têm um comportamento diferenciado de acordo com a raça do indivíduo. A principal variável de interesse, indicativa da raça, foi estatisticamente significativa, sugerindo maiores entradas e saídas do desemprego para os não brancos. Outra evidência encontrada é que o risco de participação no mercado de trabalho, a partir da inatividade e tanto na ocupação quanto na desocupação, é maior para os indivíduos não brancos do que para os brancos. Tais resultados são confirmados por outros trabalhos, os quais também evidenciam que os não brancos são mais afetados pela perda do emprego e que há um maior custo de oportunidade desse grupo em se manter no desemprego ou fora do mercado de trabalho.

As estimativas também sugerem que a recessão econômica brasileira recente iniciou um padrão diferente do que existia anteriormente nas transições do mercado de trabalho. A partir de 2014, observa-se maior risco de saída da ocupação e menores chances de saída do desemprego, para todos os indivíduos. Paralelamente, nesse período recessivo, houve maior risco de inserção no mercado de trabalho a partir da inatividade, principalmente para a condição de desocupação.

Adicionalmente, a interação da variável de raça e período recessivo foi estatisticamente significativa, o que sugere que a recessão econômica afetou de maneira desproporcional a dinâmica de transição dos grupos raciais no mercado de trabalho. As estimativas evidenciam que indivíduos pardos e pretos são os mais vulneráveis a perderem seu trabalho no período recessivo e também apresentam maiores riscos de saída do desemprego. Além disso, destaca-se, ainda, que os resultados da transição do desemprego tendo como destino diferentes categorias ocupacionais, tanto no mercado de trabalho formal quanto no informal, revelam maiores riscos de inserção na ocupação dos indivíduos não brancos a partir do desemprego, contudo inseridos no mercado de trabalho informal. A existência de um perfil ocupacional distinto entre brancos e não brancos evidencia a disparidade racial no mercado de trabalho, que se faz ainda mais evidente em períodos recessivos.

Conclui-se, a partir dos resultados obtidos, que este estudo apresenta novas evidências sobre as desigualdades de oportunidades no mercado de trabalho, especialmente em relação à raça. Ademais, nota-se que mulheres, menos escolarizados e jovens também estão em desvantagem, visto que são grupos mais vulneráveis à permanência na desocupação, à saída da ocupação e, em alguns casos, a deixar a força de trabalho; tais evidências estão de acordo com resultados de estudos semelhantes na literatura nacional. Nesse sentido, o artigo buscou contribuir para a discussão acerca das diferenças raciais a fim de gerar melhor direcionamento de políticas públicas que busquem reduzir essas desigualdades e promover maior bem-estar aos indivíduos, especialmente em períodos de crise econômica. Tal resultado também reforça a necessidade de estudos futuros analisarem o impacto das flutuações econômicas para outros grupos de trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- AIGNER, Dennis James; CAIN, Glen. George. Statistical theories of discrimination in labor markets. **Industrial and Labor Relations Review**, v. 30, n. 2, p. 175-187, 1977.
- ALTONJI, Joseph Gerard; BLANK, Rebecca. Margaret. **Race and Gender in the Labor Market**. In: ASHENFELTER, Orley Clark; CARD, David (Eds.). *Handbook of Labor Economics*. Volume 3. Amsterdam: Elsevier, 1999. p. 3243-3259.
- ARROW, Kenneth Joseph. The Theory of discrimination. In: ASHENFELTER, Orley; REES, Albert. **Discrimination in Labor Markets**. New Jersey: Princeton University, 1973. p. 3-33,
- BARBOSA-FILHO, Nelson. O desafio macroeconômico de 2015-2018. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 403-425, 2015.
- BECKER, Gary Stanley. **The economics of discrimination**. Chicago: University of Chicago, 1957.
- BORJAS, George Jesus. **Economia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2012.
- BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Dispõe sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 jan. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em: 03 mar. 2020.

BREDEMEIER, Christian; WINKLER, Roland. The employment dynamics of different population groups over the business cycle. **Applied Economics**, Abingdon, v. 49, n. 26, p. 2545-2562, 2017.

CAMERON, Adrian Colin; TRIVEDI, Pravin. **Microeconometrics: Methods and Applications**. Cambridge: Cambridge University, 2005.

CHADAREVIAN, Pedro C. Elementos para uma crítica da teoria neoclássica da discriminação. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 25, p. 104-132, 2009.

CHADAREVIAN, Pedro Caldas. Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 283-304, 2011.

COUCH, Kenneth; FAIRLIE, Robert. Last hired, first fired? Black-white unemployment and the business cycle. **Demography**, Durham, v. 47, n. 1, p. 227-247, 2010.

CURI, Andréa Zaitune; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. O mercado de trabalho brasileiro é segmentado? Alterações no perfil da informalidade e nos diferenciais de salários nas décadas de 1980 e 1990. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 867-899, 2006.

FERNANDES, Reynaldo; PICCHETTI, Paulo. Uma análise da estrutura do desemprego e da inatividade no Brasil metropolitano. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 87-112, 1999.

GOMES, Carlos Eduardo; LIMA, Renata Lemos; CUNHA, Marina Silva da; VASCONCELOS, Marcos Roberto. Transições no mercado de trabalho brasileiro e os efeitos imediatos da crise econômica dos anos 2010. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 481-511, 2019.

GREENE, William. **Econometric analysis**. 7. ed. Hoboken: Prentice Hall, 2012.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 57-65, 2002. Suplemento.

HOYNES, Hilary; MILLER, Douglas; SCHALLER, Jessemy. Who suffers during recessions? **Journal of Economic Perspectives**, Saratoga Springs, v. 26, n. 3, p. 27-48, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Trabalho e rendimento**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual. Microdados. IBGE, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados/. Acesso em: 03 mar. 2020.

OLIVEIRA, Pedro, Rodrigues de; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme; PAZELLO, Elaine Toldo. Desemprego e inatividade nas metrópoles brasileiras: as diferenças entre homens e mulheres. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 291-324, 2009.

PHELPS, Edmund. The statistical theory of racism and sexism. **The American Economic Review**, Nashville, v. 62, n. 4, p. 659-661, 1972.

REIS, Maurício; AGUAS, Marina. Duração do desemprego e transições para o emprego formal, a inatividade e a informalidade. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 35-50, 2014.

SAMPAIO, Armando Vaz. Estrutura do mercado de trabalho metropolitano na Região Sul do Brasil, em 1995 e em 2005. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 85-115, 2012.

SILVA, Fábio Jose Ferreira da. Perfil dos demitidos da indústria metropolitana durante a crise de 2008 no Brasil. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 41, n. 2, p. 57-78, 2015.

WROBLEVSKI, Bruno; CUNHA, Marina Silva da. Duração do desemprego e crise econômica: uma análise sob riscos competitivos para o Brasil no período 2012-2018. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 47., Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Anpec, 2019.

XU, Huanan. First fired, first hired? Business cycles and immigrant labor market transitions. **IZA Journal of Development and Migration**, New York, v. 8, n. 19, 2018.

Recebido em: 17/07/2020

Aceito para publicação em: 13/09/2021